



FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO
DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Comissão de

Meio Ambiente

Área Temática Meio Ambiente

O governo empossado em janeiro de 2003 estabeleceu como metas para a área do Meio Ambiente: dar ao patrimônio ambiental o correto tratamento estratégico no planejamento do desenvolvimento nacional e trabalhar para que se assegure qualidade ambiental nas atividades produtivas e qualidade de vida nos grandes centros. A partir dessas metas, expressa-se o governo que lhe cabe assumir, nas negociações internacionais, a liderança imposta pela magnitude do patrimônio ambiental brasileiro. Além disso, com base nesse cacife ambiental, "pode e deve ser fonte de soluções sociais, econômicas originais e paradigmáticas para o combate à pobreza e à exclusão social, sobretudo na geração de trabalho e renda."

O fortalecimento das instituições que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente, envolve a expectativa de descentralizar, de maneira responsável, as tarefas da gestão ambiental, de acordo com as definições constitucionais e de capacitar o Sistema para uma gestão integrada, por meio da articulação interinstitucional de diferentes políticas públicas de interesse ambiental, com o estímulo prioritário à participação, cada vez mais ativa, da sociedade civil organizada.

Para tanto, uma nova Política Nacional de Meio Ambiente será debatida com todos os segmentos da sociedade, entre eles, as universidades, na Conferência Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser lançada em junho de 2003, na Semana do Meio Ambiente. O produto esperado é o estabelecimento de novas bases para a ação articulada no Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Assim, no desafio deste início de século e de milênio, que é a manutenção dos processos ecológicos essenciais para a continuidade da vida no planeta, paira sobre as universidades brasileiras, em sua comunidade científica, a necessidade de uma crescente e fundamental contribuição, certamente, envolvendo o setor da extensão universitária.

No entanto, ainda caberá ao setor científico brasileiro, o fortalecimento da base acadêmico-científica das políticas sociais priorizadas pelo novo governo, na expectativa de se chegar, com a contribuição de todos, a uma sociedade mais democrática, igualitária e justa.

À Extensão Universitária, além da contribuição fundamental à área ambiental, caberá também, a articulação das ações no âmbito das novas relações entre universidade e sociedade, não somente respondendo pelas demandas desta, mas sobretudo, agindo efetivamente para sua transformação.

Extensão Universitária e Meio Ambiente

No cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Extensão, as universidades públicas brasileiras desenvolvem ações permanentes na área de meio ambiente, nas diversas linhas programáticas definidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores.

Observa-se que as ações de extensão nessa área, abrangem todas as linhas. Entretanto, estão voltadas, especialmente, à Educação Ambiental, com enfoque na problemática do destino do lixo urbano, nas poluições em geral, com especial referência à água potável, ao desmatamento, ao uso racional do solo, à pesca predatória, entre outros.

A mostra dessa produção é sempre divulgada nos eventos extensionistas, fóruns, congressos e encontros regionais e nacionais, revelando, de um lado, a participação expressiva das universidades na área ambiental, e de outro, a significativa contribuição dada ao desenvolvimento regional sustentado, por meio dos vários projetos, pesquisas, programas, etc. Isto também permite a satisfação do papel reservado às universidades, na busca de devolver à sociedade os frutos do trabalho que realizam.

Ainda assim, é preciso que se ampliem ainda mais os esforços para que a política extensionista vigente no País seja mais eficiente e intensifique o seu impacto social. No momento em que o novo governo propõe-se a investir, pesadamente, no Social, na busca de amenizar o quadro da fome e do analfabetismo, com a implementação de políticas promotoras da inclusão social, há muito a ser feito pelas Universidades.

A área ambiental envolve dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas, condições essenciais para o exercício da cidadania, do trabalho e da inclusão social. Toda e qualquer ação extensionista precisa contemplar essas abrangências.

Por intermédio da Educação Ambiental, por exemplo, as universidades, em parceria com os governos municipais, estaduais e federais, devem intensificar os esforços até hoje despendidos nas diversas regiões brasileiras, para garantir capacitação e trabalho às comunidades carentes, voltados para a geração de renda.

Poderão as universidades, na concentração de esforços e parcerias, agir como indutoras de um processo abrangente de construção da cidadania, aliando-se e estendendo ações desses vários programas sociais, como o Fome Zero, Universidade Solidária, PRONERA, Sede Zero e outros. A

articulação, pelas Pró-Reitorias de Extensão, deverá ocorrer nos diferentes níveis, do municipal a federal.

Nas últimas décadas, a democratização aliada aos avanços tecnológicos na área da informação e da comunicação, principalmente, acentuaram no mundo e no País, uma maior consciência ecológica. Ampliou-se o conceito do desenvolvimento sustentável. Vimos surgir novas profissões e novas áreas de atuações estratégicas, como por exemplo a de analistas e de gestores, e muitas outras especializações, nos mais diversos tipos e níveis acadêmicos, com substancial impacto sócio-econômico. Vimos surgir setores econômicos distintos, como o Ecoturismo, atingindo diversos segmentos de atuação e setores produtivos, outros de origem preservacionistas no âmbito da reciclagem de materiais diversos.

Todo esse arsenal e as novas tecnologias aplicadas à educação, como o ensino a distância, podem e devem ser assimilados nos projetos extensionistas, na tarefa inadiável de se investir na inserção social em nosso País.

Tendo como contrapartida o estreitamento das parcerias governamentais, o Setor da Extensão Brasileira deseja engajar-se, completamente, nos desafios sociais do País e internalizar, em sua prática no Plano Nacional de Extensão, as ações que contribuam com a priorização dessas políticas, de forma a elevar a qualidade de vida do nosso povo.

Linhas Programáticas

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente
- Meio ambiente e desenvolvimento sustentável
- Desenvolvimento regional sustentável
- Aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural
- Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente
- Cooperação interstitucional e cooperação internacional
- Educação ambiental e gestão de recursos naturais
- Ecoturismo

Política Nacional de Extensão

A política de extensão, definida no Plano Nacional de Extensão, vem sendo implementada pelas Instituições de Ensino Superior integrantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Publicado em novembro de 1999, o Plano define como diretrizes para a extensão uma atuação transformadora e de impacto sobre questões nacionais e regionais prioritárias, o caráter bidirecional da relação da universidade com os outros setores da sociedade, a interdisciplinaridade, a interprofissionalidade, e a indissociabilidade extensão-ensino-pesquisa.

A extensão universitária é realizada, preferencialmente, sob a forma de programas. Esses abrangem projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço, elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos.

Em seu processo de institucionalização e organização, implementa um sistema de informação de base nacional, o SIEXBRASIL, e um sistema de avaliação contínuo e prospectivo.

Três documentos básicos, Plano Nacional de Extensão Universitária, Banco de Dados e Sistema de Informações e Avaliação da Extensão Universitária estão publicados e disponíveis no site da rede nacional de extensão das universidades públicas em <http://www.renex.org.br>

Áreas Temáticas - Para consecução de sua missão fundamental, a de dar respostas às necessidades da sociedade, optou-se por sistematizar o trabalho de extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas de acordo com oito áreas temáticas: **Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.**

As ações, em cada área temática, são executadas segundo linhas programáticas definidas, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações entre as áreas temáticas. Ênfase comum a todas as áreas é a participação da extensão universitária na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população, na qualificação e educação permanente de gestores e profissionais de sistemas sociais e na disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Dirigentes

Presidente

Edison José Corrêa
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Tel.: (31) 3499-4072 - Fax: (31) 3499-4066
E-mail: edison@ufmg.br

Vice-Presidente

José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
E-mail: proex@reitoria.ufrn.br

Secretaria Geral

Ana Inês Sousa
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
E-mail: extensao@sr5.ufrj.br